

***Tropa de Elite* e a banalização da violência institucional**

Francisca Vergínio Soares*

Mesmo sendo um filme cujo enredo se diz fictício, o filme *Tropa de Elite*, homônimo do livro *Elite da Tropa*, não é tão fictício como parece, considerando que os autores do livro tiveram uma experiência no campo da segurança pública. Um deles é o antropólogo Luiz Eduardo Soares, que no Governo de Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro, foi coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania no período de 1999 a 2000 e secretário nacional de Segurança Pública em 2003, no primeiro Governo Lula. São autores também André Batista e Rodrigo Pimentel que, durante a década de 1990, integraram o Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (Bope).

O filme tem sido alvo de várias análises, aliás, como todos os filmes brasileiros – como “Central do Brasil” e “Cidade de Deus” entre outros – que procuram retratar o cotidiano popular enfocando determinados problemas sociais.

No caso do filme *Tropa de Elite*, o que chama a atenção é a reação do público durante o tempo em que a história (?) transcorre. Há uma certa empatia do público, principalmente quando o personagem do ator Wagner Moura, aliás, de um convencimento que causa perplexidade, o Capitão Nascimento, usa de métodos condenáveis para conseguir suas informações. A cena deixa a impressão que ainda estamos nos anos de chumbo da ditadura militar. Neste aspecto, chamo a atenção quanto à idéia de segurança pública no que se refere ao entendimento da sociedade, ou seja, todos nós que assistimos ao filme.

O que quero dizer? Continuamos a aplaudir uma polícia violenta e que tem autonomia, não sei ainda se relativa ou absoluta, mas que executa suas ações centradas no fazer “justiça a qualquer preço” ou conseguir informações, independente se os métodos empregados sejam ou não discricionários porque os fins justificam os meios.

Estaria no inconsciente coletivo a idéia de que segurança pública tem a ver com o aperfeiçoamento do aparelho repressivo do Estado sem levar em consideração que esse tipo de política é incompatível com a democracia? Como convencer as pessoas que assistiram ou assistirão ao filme sobre sua responsabilidade na compreensão desse problema?

O contexto do filme, embora seja o Rio de Janeiro, não é diferente do que tem ocorrido em outros centros urbanos em relação à violência e todos somos chamados a repensarmos nossas posturas sobre se queremos ou não uma polícia cidadã.

É preciso perceber que o “filme mostra que as regras atuais e as condições sociais de nossa sociedade nos condenam a repetir continuamente um processo de corrupção e violência policial inaceitável”, declarou o diretor José Padilha.

Na verdade, à sociedade ou pelo menos em alguns setores dela, parece normal o uso da violência para arrancar confissões dos supostos bandidos capturados. O aspecto negativo do filme é que ele pode contribuir ainda mais para reforçar o cansaço do público na espera por uma política de segurança centrada não somente no puro uso da violência. Ou seja, é temível

* Cientista Social. Doutora em Ciências Sociais: Antropologia pela PUC/SP. Diretora e Pesquisadora do Observatório Social Londrinense de Estudos da Violência, Conflito e Segurança Pública – OBSOCIL; Docente da Faculdade Norte Paranaense – UNINORTE e docente licenciada da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

que possa se reforçar ainda mais a idéia de uma cultura que acredita que a violência urbana possa ser solucionada pela violência.

Por isso, é interessante chamar a atenção para que o mesmo seja visto não apenas como entretenimento, mas como um instrumento de reflexão sobre a urgência de se pôr em prática uma política de segurança que não incentive ainda mais a violência através do confronto, da pura vingança e da desvalorização do policial que cotidianamente põe em risco sua vida. Aliás, tem crescido o número de policiais mortos em confronto, em execuções por meio de ataques surpresos de grupos do crime organizado.

Desde os anos de 1980, quando se iniciou o processo de democratização do país, os sucessivos governos não conseguiram definir uma política de segurança que pudesse dar conta da “criminalidade nova” que assolou os Estados. O filme expõe essa problemática e mostra o que está no mundo real: que as “políticas” de segurança não prescindem da violência policial no combate à criminalidade, que a corrupção está profundamente arraigada nas instituições, que existe uma forte relação entre violência e corrupção, que há uma linha muito tênue entre a barbárie e a civilização, que o tráfico de drogas só persiste porque há quem o sustente, que se ele - tráfico - está nas comunidades pobres é porque o poder público perdeu sua legitimidade, etc.

Parafraseando o antropólogo Rodrigo Gomes Guimarães, Padilha “apostou na inteligência das pessoas fazendo um filme inteligente, porque não aponta “causas” ou “soluções”; “deixa-nos pensar”. Então é preciso sair do estado apático em que nos encontramos acreditando que apenas o uso da força vai resolver o problema da violência. Uma política de segurança pública inclui antes de tudo, mudança de mentalidade porque há uma consciência coletiva que reduz a violência em dois pólos: os “bons” e os “maus”.

O filme *Tropa de Elite* deve despertar a consciência do público no sentido de que veja uma outra possibilidade de segurança pública que desestimule as corrupções policiais, que construa uma nova relação do cidadão comum com a polícia, que, independente de se ser favorável à descriminalização das drogas, a sociedade precisa encarar esse debate; etc. O filme e a situação a que chegou o acumplicimento de certos setores do poder público com a criminalidade em tempos contemporâneos, nos remete aos anos de 1970, período em que o bandido Lúcio Flávio, dizia não negociar com agentes da segurança, sua máxima era: bandido é bandido, polícia é polícia, como água e azeite não se misturam.